

As notas de rodapé em *As ilusões armadas*: uma prática de dois ofícios¹

Ângela Ravazzolo²

Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-Sul).

Resumo

Este artigo apresenta e analisa as estratégias utilizadas pelo jornalista Elio Gaspari para referenciar, em notas de rodapé, os quatro volumes da série *As ilusões armadas* (livros que apresentam um panorama da ditadura militar instaurada no Brasil em 1964). A partir da obra *As origens trágicas da erudição – Pequeno tratado sobre a nota de rodapé*, de Anthony Grafton, além de outros autores, é proposto um debate teórico, explorando as diferenças e as semelhanças, as aproximações e os distanciamentos entre os dois ofícios, o do repórter e o do historiador. Gaspari constrói uma obra híbrida marcada pelas técnicas da reportagem, das práticas do dia a dia de uma redação jornalística, mas também norteadas por práticas e regras previstas e exigidas nas produções acadêmicas.

Palavras-chave: ditadura militar; 1964; Elio Gaspari; *As ilusões armadas*

Introdução

Entre os anos de 2002 e 2004, a editora Companhia das Letras publicou uma série de quatro livros, produzida por Elio Gaspari, sobre um dos períodos mais marcantes e traumáticos da história do Brasil: a ditadura militar instaurada em 1964. A série escrita pelo jornalista compõe um panorama geral sobre os anos de chumbo e funciona, neste artigo, como objeto de análise, com o objetivo de abordar possíveis aproximações e distanciamentos entre dois ofícios: o do jornalista e o do historiador.

A série, batizada de *As ilusões armadas*, é um exemplo de um movimento crescente no mercado editorial brasileiro, no qual jornalistas se aventuram na pesquisa histórica, produzindo livros que retomam episódios, personagens e contextos históricos. A obra de Eduardo Bueno sobre o descobrimento do Brasil, *A viagem do Descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral* (BUENO, 1998), e o best-seller *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*, escrito pelo jornalista Laurentino Gomes (GOMES, 2007), são exemplos recentes dessa aproximação entre história e jornalismo.

São muitas as possibilidades e os caminhos teóricos para interpretar esses encontros e desencontros entre história e jornalismo. Este artigo propõe um recorte de análise em

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Doutora em História pela UFRGS, professora do Curso de Jornalismo da ESPM-SUL, email: aravazzolo@espm.br

torno da forma como Elio Gaspari referencia sua pesquisa, ou seja, como o jornalista utiliza em seus livros um dos recursos fundamentais do meio acadêmico: as notas de rodapé. Para tanto, a obra *As origens trágicas da erudição – Pequeno tratado sobre a nota de rodapé*, de Anthony Grafton, embasa a interpretação.

Este artigo reúne parte da análise apresentada em minha tese de doutorado, *A escrita da história por jornalistas: diálogos e distanciamentos com a historiografia acadêmica. O caso Elio Gaspari* (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012), e está dividido em três partes. Na primeira, são apresentadas as ideias centrais desenvolvidas por Grafton. O segundo ponto reúne exemplos retirados da obra de Gaspari e analisa como o jornalista organiza as notas de rodapé. Ao final, são apresentadas algumas considerações sobre as aproximações e os distanciamentos entre jornalismo e história.

Grafton: notas para convencimento e comprovação

No livro *As origens trágicas da erudição – Pequeno tratado sobre a nota de rodapé*, Anthony Grafton traça um panorama histórico sobre como a nota de rodapé foi sendo incorporada ao ofício do historiador. Em pouco mais de 190 páginas, descontrói a ideia de que o historiador alemão Leopold Von Ranke teria sido o “inventor” dessa metodologia hoje tão consolidada entre os acadêmicos (GRAFTON, 1998).

Caminhando em direção a estudiosos que viveram séculos antes do alemão, Grafton mostra com clareza e texto fluido que as notas de rodapé faziam parte das discussões filosóficas e históricas já muito antes do século XIX, quando os preceitos do positivismo se incorporaram aos métodos históricos. Em um agradável passeio histórico, Grafton coloca a idéia geral de que as origens da erudição não estão em um determinado autor ou pensador, e sim em um processo, no qual determinadas discussões e observações abriram possibilidades para as seguintes, em um caminho não necessariamente retilíneo ou uniforme.

Um ponto-chave é o argumento de que a nota de rodapé, além de fornecer um evidente “suporte empírico para as histórias contadas e os argumentos apresentados” (GRAFFTON, 1998, p. 7), funciona como forma de conferir autoridade a quem escreve. Grafton alerta também para a “ilusão” de que a nota resolveria todos os problemas de comprovação e compromisso com “verdade/realidade” dos fatos; mais do que isso, ela se transforma muitas vezes em território de longas discussões e/ou provocações, menos do que necessariamente alcançar a utópica função de “comprovar tudo”:

Tais críticas variam radicalmente quanto à qualidade intelectual, ao rigor acadêmico e ao tom retórico. Porém, a maioria delas repousa, em parte, em uma pressuposição comum e problemática: a de que os autores podem, como os manuais sobre dissertação recomendariam, citar exaustivamente a prova para cada asserção de seus textos. Na verdade, é claro, ninguém pode jamais esgotar a série de fontes relevantes para um problema importante – e muito menos citar todas elas em uma nota. (GRAFTON, 1998, p. 25-26)

A nota é entendida como parte do treinamento de um historiador (e uma das estratégias e garantia de reconhecimento entre os pares), pois “aprender a redigir notas de rodapé constitui parte dessa versão moderna de aprendizado” (GRAFTON, 1998, p. 16). Mas Grafton vai além em sua argumentação mostrando outras tantas funções desses textos:

Tanto a experiência quanto a lógica, portanto, sugerem que a nota de rodapé não pode se encarregar de todas as tarefas, como afirmam os manuais: nenhuma acumulação de notas pode provar que cada afirmação no texto repousa em uma montanha inexpugnável de fatos comprovados. As notas existem, pelo contrário, para exercer duas outras funções. Em primeiro lugar, elas convencem: convencem o leitor de que o historiador realizou uma quantidade aceitável de trabalho, o suficiente para mentir dentro dos limites toleráveis do campo. Como os diplomas na parede do dentista, as notas provam que os historiadores são praticantes “bons o bastante” para ser consultados e recomendados – mas não que possam executar qualquer operação específica. Em segundo lugar, indicam as principais fontes que o historiador realmente usou. Embora as notas de rodapé comumente não expliquem o curso exato da interpretação que o historiador fez desses textos, elas muitas vezes dão ao leitor que possui um espírito suficientemente crítico e aberto pistas para permitir que o imagine – em parte. Nenhum instrumental pode dar mais informações – ou mais garantia – do que essas. (GRAFTON, 1998, p. 30)

Para Grafton, então, as notas convencem e ao mesmo tempo mostram as limitações das fontes utilizadas, mas mesmo essas duas funções não dão conta do que elas representam, pois também “refletem os estilos intelectuais de diferentes comunidades científicas nacionais, os métodos pedagógicos de diferentes programas de graduação e as preferências literárias de editores de periódicos influentes” (GRAFTON, 1998, p. 23). Não há, portanto, chance de inocência na nota de rodapé. Por trás dela, há uma série de elementos particulares, sociais, contextuais que necessariamente encaminham a análise para além da simples indicação de uma fonte.

Parece fundamental, portanto, a partir dessas argumentações, entender e pensar a nota de rodapé por meio de uma análise complexa, que considere esses elementos “invisíveis”, porém significativos, característicos da produção histórica. É consenso que as notas de rodapé são hoje ferramenta acadêmica visível e amplamente utilizada nos textos

que se pretendem classificar ou passar pelo crivo dos pares “cientistas”. O mesmo não ocorre em textos jornalísticos – e vale salientar que a referência, aqui, é em relação a textos jornalísticos que são produzidos no dia a dia das redações em geral, na prática cotidiana de repórteres e editores.

Gaspari: notas híbridas

Quando deparamos com um texto jornalístico publicado em uma revista semanal ou jornal diário, por exemplo, não costumamos encontrar notas de rodapé. Jornalistas não têm esse hábito, não faz parte dos manuais de redação a preocupação com esse tipo de recurso, o que não isenta o repórter de apresentar suas fontes, de comprovar os fatos – embora seja facultado a ele, quando julgar necessário, omitir o nome da fonte de informação, para proteção da fonte ou mesmo por exigência da própria (recurso conhecido como *off*).

Na abertura do primeiro volume da série, Elio Gaspari já anuncia um distanciamento da escrita acadêmica, colocando que não pretende “escrever uma história da ditadura” (GASPARI, 2002a, p.20). Mas não há como negar que ele se apropria de práticas de pesquisa consideradas acadêmicas na série. Ao mesmo tempo em que técnicas jornalísticas de utilização de fontes marcam o livro, também a acadêmica nota de rodapé está presente, mas é uma nota que pode ser classificada como *híbrida*, pois aponta para funções e características tanto do ofício do repórter quanto do historiador.

Ao mesmo tempo em que apresenta as fontes de onde foram tiradas as informações, Gaspari também economiza elementos, ou seja, não segue as normas acadêmicas até o fim e muitas vezes se utiliza de recursos claramente jornalísticos, unindo em poucos parágrafos fontes distintas, mas que bem arranjadas dão ao texto um tom literário, de uma história bem descritiva que procura “transportar” o leitor até o lugar e o tempo do acontecimento narrado.

A seguir, foram selecionados três exemplos retirados do primeiro volume, *A ditadura envergonhada*, com as notas respectivas reproduzidas entre parênteses:

1) À tarde, Jango tivera três textos para ler no Automóvel Clube. Divertiu-se quando um amigo selecionou o mais moderado. Viera de Luiz Carlos Prestes. (Nota: “Aspásia Camargo e outros, *Artes da política – Diálogo com Amaral Peixoto*, p. 467.”)

O presidente disse a parte decisiva de improviso, nervoso, agressivo: “A crise que se manifesta no país foi provocada pela minoria de privilegiados que vive de olhos voltados para o passado e teme enfrentar o luminoso futuro

que se abrirá à democracia pela integração de milhões de patrícios nossos. (Nota: “O discurso de Goulart está em Alberto Dines e outros, *Os idos de março e a queda em abril*, pp. 396-400.”)

Em Juiz de Fora, o general Mourão decidira sair com sua tropa naquela madrugada. À tarde, se aborrecera com Magalhães Pinto porque o governador, apesar do que tinham combinado, relutara em pedir publicamente a deposição de Jango. Sentira dores no peito e colocara uma pastilha de trinitrina debaixo da língua. Estava diante da televisão, quis sair da sala para não ver, mas sua mulher, Maria, convenceu-o a ficar. (Nota: “Olympio Mourão Filho, *Memórias*, p. 309.”)

“Quem fala em disciplina, senhores sargentos, quem a alardeia, quem procura intrigar o presidente da República com as Forças Armadas em nome da disciplina, são os mesmos que, em 61, em nome da disciplina e da pretensa ordem e legalidade que eles diziam defender, prenderam dezenas de sargentos.”

Em Ipanema, Castello Branco via a cena na sala de sua casa. Estavam com ele os generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva. Todos achavam que a reação ainda demoraria alguns dias. Geisel gostou do discurso. Se o tivesse escrito, não o faria melhor. (Nota: “Ernesto Geisel, agosto de 1988 e novembro de 1994.”) (GASPARI, 2002a, p. 63)

2) O terrorismo militar, iniciado com o sequestro dos irmãos Duarte, mudou de tática. Conta um dos oficiais que patrocinaram essa ofensiva: “Nós fizemos uma reunião no CIE e resolvemos agir contra a esquerda. Definimos qual era o campo mais fraco e decidimos que era o setor de teatro. Em seguida, começamos a aporrinhar a vida dos comunistas nos teatros. A gente invadia, queimava, batia, mas nunca matava ninguém. (Nota: “Coronel Luiz Helvécio da Silveira Leite, maio de 1985.”) (GASPARI, 2002a, p. 298)

3) Apesar do poderio militar mobilizado pelo governo americano e do significado que ele traria caso viesse a ser conhecido, nenhum brasileiro, civil ou militar, participou da deposição de João Goulart porque os Estados Unidos a desejavam. (...) Na manhã de 1º de abril, quando San Tiago Dantas advertiu Goulart, registrou-se o óbvio: o governo americano apoiava a insurreição, e a embaixada nela se envolvera. (Nota, reproduzida em parte: “Durante trinta anos, de 1971 a 2000, discuti com o embaixador Lincoln Gordon, em conversas que somaram mais de vinte horas, o real alcance da sua decisão de requisitar a força naval.”) (GASPARI, 2002a, p. 102)

Esses três trechos selecionados acima são exemplos de algumas das estratégias utilizadas pelo autor para indicar as fontes utilizadas.

No primeiro, nota-se que o texto está encadeado, conta uma história, descreve cenas e diálogos com minúcias, em uma narrativa contínua. Mas as fontes são descontínuas: depoimentos, livros de memórias, autores de tempos e lugares distintos. O autor monta uma colcha de retalhos, reunindo fontes tão diversas em uma única narrativa, não levando em consideração diferenças que possam existir nesses registros primários, ou seja, desprezando o fato de que um depoimento fornecido em 1975, por exemplo, tem características específicas de tempo e lugar, muito distintas de outro depoimento, ainda que da mesma pessoa, registrado 20 anos depois. Utilizamos dados hipotéticos, mas parece que aqui se

corre o risco de um anacronismo, quando esses elementos (essa distância temporal) não são levados em conta na análise e construção do texto. Quando esses elementos não são *criticados*, apenas *reunidos* lado a lado.

No segundo trecho, a utilização de aspas, como em uma notícia de jornal, reproduz uma entrevista concedida ao próprio autor – recurso quase que onipresente em uma publicação noticiosa. O depoimento oral é também fonte histórica e tema de inúmeras reflexões teóricas no campo acadêmico – e aqui a aproximação entre os dois campos fica ainda mais evidente. A diferença, pode-se resumir, é que o historiador costuma trabalhar o depoimento oral mais longamente, seguindo uma metodologia específica e comprometida com uma série de procedimentos, entre eles a crítica da fonte, a idéia de que é preciso tomar o testemunho como uma parte do percurso da produção histórica, um dos passos de um processo que inclui outras operações até a produção do texto final.³

Nos exemplos relacionados aqui, a nota de rodapé é *indicativa* da fonte, e não *explicativa*. O autor utiliza o recurso para comprovar a veracidade do que relata, mas não há análises aprofundadas ou debates sobre eventuais contradições. As notas funcionam como um habeas corpus que permite ao autor, ao citar a fonte no fim da página, estar liberado para o texto que corre livre, cinematográfico, sem intermediações que poderiam “atrapalhar” a leitura.

No segundo volume, há um exemplo um pouco distinto da maioria, e por isso também muito rico. Vale reproduzir o trecho do texto, que recupera um encontro entre Dom Paulo Evaristo Arns e o presidente Médici, e as notas de rodapé referentes, numeradas entre parênteses:

O trecho do texto:

O general segurava as bordas da mesa, suas mãos tremiam, e os objetos balançavam: ‘Os senhores pedem clemência para os bandidos, enquanto eles assaltam, roubam e seqüestram. Ameaçam de morte até meus ministros’.(85) Medici disse-lhe que ‘seu lugar é na sacristia’, chamou-o de ‘despreparado’, lembrou que tivera boas relações com seu antecessor e, de pé, anunciou-lhe que podia se retirar. (86) O cardeal resumiu o encontro para a imprensa informando que ‘nossas posições continuam as mesmas’. (87)

³ Em um manual de história oral, Meihy explicita algumas regras e cuidados para pesquisadores que se dedicam a praticar história oral, salientando a importância da subjetividade e de não se tomar o depoimento como verdade única: “Como muitas pessoas pensam ainda que a história oral deve, prioritariamente, ser usada em projetos que não tenham documentos escritos ou outras referências materiais capazes de gerar análises, cobra-se das narrativas um teor de informação próximo do que os positivistas acreditavam ser o papel do documento: conter a verdade em si.” (MEIHY, 1996, p. 49).

As notas de rodapé referentes a esse parágrafo, numeradas aqui de acordo com o original:

(85) *Notas do encontro, tomadas por d. Paulo, em Jornal do Brasil, 7 de outubro de 1995.*

(86) *Entrevista de d. Paulo Evaristo Arns a José Casado, 2 de novembro de 1994. D. Paulo narrou novamente esse episódio à revista Imprensa de outubro de 1996.*

(87) *D. Paulo descreveu esse episódio, com graus variáveis de detalhes, em pelo menos cinco ocasiões. Ele está em suas memórias, Da esperança à utopia, p. 352. Para o pedido para que o cardeal se retirasse, notas do encontro, tomadas por D. Paulo, em Jornal do Brasil, 7 de outubro de 1995. Para ‘despreparado’, entrevista de Arns a José Casado, 2 de novembro de 1994, e, para o comentário do cardeal sobre o encontro, O Estado de S. Paulo, 6 de maio de 1971. D. Paulo tratou do assunto também em duas diferentes entrevistas que concedeu a Roldão Arruda e a José Maria Mayrink, publicadas em O Estado de S. Paulo e Jornal do Brasil de 8 de setembro de 1996. Há uma outra versão desse encontro em Roberto Nogueira Médici, *Medici – O depoimento*, p. 84.” (GASPARI, 2002b, p. 335)*

Nota-se neste trecho que o autor apresenta os diferentes momentos em que dom Paulo falou sobre o tema, citando todos eles e reforçando a descrição. Ao mesmo tempo, expõe, ao final da nota, a existência de outra versão do encontro, uma versão que seria a do presidente Medici. Mas essa contradição não é explorada no texto principal, fica restrita às pequenas letras da nota de rodapé.

Gaspari reúne entrevistas fornecidas em tempos diferentes, localizadas em fontes distintas (dois jornais, uma entrevista, um livro) e cria com elas um parágrafo que reconstrói uma cena. Um leitor que ignorasse a nota de rodapé, por exemplo, seguiria na leitura, possivelmente no ritmo do texto, sem informações sobre as possíveis contradições existentes nas diferentes fontes consultadas para compor aquela parte da história. E aqui fica ainda mais evidente a importância do rodapé e da crítica da fonte, que neste caso específico ocorre de forma parcial, já que o depoimento de Médici a respeito do tal encontro é apenas citado, mas não explorado pelo autor.

É interessante observar essas características da nota de rodapé porque elas reforçam a ideia de que a obra, independentemente da intenção do autor, segue um ritmo jornalístico, que prioriza contar bem, contar o que aconteceu, mais do que detalhar análises ou interpretações (ainda que o autor tenha, ao longo dos quatro volumes, vários momentos em que contextualiza, analisa e até opina a respeito de determinados temas).

No último volume da série, *A ditadura encurralada*, ao tratar dos conflitos entre governo e Partido Comunista, o autor cita a Operação Radar e fornece informações importantes. Abaixo, o trecho e a nota de rodapé correspondente:

Era a Operação Radar. Ela mostrou que o PCB, longe de estar neutralizado, tinha uma gráfica de filme, recebia cerca de 200 mil dólares anuais de Moscou e participara das articulações do MDB e da campanha de 1974. (Nota de rodapé: “Para os dólares, discurso do general Ednardo D’Ávila Mello, em O Estado de S. Paulo de 1º de abril de 1975, p. 7. Vadim Zagladim, funcionário do departamento internacional do Partido Comunista Soviético, afirmou que a subvenção era de 300 mil dólares anuais. Veja, 8 de janeiro de 1992 p. 23”). (GASPARI, 2004, p. 25)

O parágrafo acima é interessante porque apresenta um valor e uma informação de forma direta, sem qualquer possibilidade de dúvida ou controvérsia, mas a própria nota de rodapé relativiza essa certeza e expõe uma contradição. Importante salientar que tanto uma fonte quanto a outra citadas no rodapé são retiradas da imprensa, não são documentos originais, fontes primárias. Ou seja, esse procedimento pode ser relacionado, em um exercício comparativo hipotético, à prática jornalística: é como se o repórter tivesse ido para a rua em busca de fontes/pessoas que pudessem lhe confirmar, afinal, quanto do PCB recebia por ano do governo russo. E essas fontes, mesmo sem documentos escritos ou comprobatórios, chancelados por sua *autoridade social*, garantissem a informação publicada no jornal. Independentemente da relevância deste tema em si dentro da pesquisa, o que queremos salientar aqui é a metodologia do autor.

Em um artigo sobre as relações entre jornalismo e história, a jornalista Clarice Esperança argumenta que o repórter não segue esse mesmo trajeto do historiador ao se apropriar do testemunho e depois construir o texto:

Um dos mecanismos que garantem a autoridade do jornalista sobre o vivido é o que oculta seus procedimentos de crítica sobre o testemunho, apropriando-se de sua autoridade sobre o passado, mas tornando-o aparentemente transparente ao público. Por isso, a reafirmação contínua da autoridade da testemunha sobre o passado, a preponderância do que se viu em relação ao que se compreende, torna-se a reafirmação da autoridade da imprensa sobre o vivido. Jornalismo e História tem lógicas diferentes de apropriação do testemunho e de seu valor. ESPERANÇA, 2006, p. 235)

Mas, se a lógica dos jornalistas, na prática do dia a dia das redações, é diferente daquela atribuída aos historiadores acadêmicos, entre os teóricos do jornalismo há uma preocupação em interpretar e criticar essas práticas. Entre esses autores, estão Nelson Traquina e Luiz Gonzaga Motta. Para o segundo, por exemplo, o jornalismo pode ser classificado como “o último baluarte de uma objetividade pura”:

Os jornalistas fazem rotineiramente um exercício para permanecer o mais próximo possível do referente empírico, um malabarismo lingüístico que lhes permita manter-se em um ponto mais próximo possível do grau zero de significação e relatar de forma fiel o mundo real. Por isso, o jornalismo seja, talvez, o último baluarte da epistemologia da “objetividade pura”, um princípio ao qual o repórter declaradamente precisa aderir para incorporar-se à profissão. Entretanto, isso não o isenta nem o isola do mundo da imaginação, da fábula do mythos enfim. (MOTTA, 2002, p. 15)

Os rodapés de Gaspari podem exercer a função de persuasão e convencimento a que se refere Grafton, ou ainda de legitimação e autoridade, mas não cumprem o outro papel previsto na obra: o de espaço para discussão de teorias e/ou “alfinetadas” em seus pares (GRAFTON, 1998, p. 19). As notas de *As ilusões armadas* não propõem diálogos com outras obras que tratam do mesmo período, elas tão somente evidenciam e tornam públicas as fontes consultadas.

Notas de uma prática híbrida

As notas de rodapé dos quatro volumes de *As ilusões armadas* podem ser consideradas “produtos híbridos”, ou seja, resultado de um esforço intelectual que reúne as características de dois ofícios distintos, o do jornalista e o do historiador. A partir das técnicas de apuração jornalística (entrevistas, documentos, reportagens, notícias, depoimentos orais), Gaspari constrói uma obra de fôlego histórico, misturando duas técnicas, dois ofícios, para concluir seus estudos sobre a ditadura militar.

Se, como ensina Grafton, as notas convencem e ao mesmo tempo são sinal de prática de um determinado grupo, neste caso os pesquisadores ligados às práticas acadêmicas e científicas, então a colocação de notas nos livros de Gaspari o aproxima dessa prática, mas isso não significa que o autor siga “o manual” com todo o rigor que costuma ser exigido e/ou difundido na academia.

As notas do jornalista são envergonhadas, tímidas, não alcançam a profundidade propagada, ainda que nem sempre cumprida, pelas notas acadêmicas (e falamos aqui em linhas gerais, porque nem sempre as notas acadêmicas cumprem todo esse caminho). Mas também são escancaradas, porque denotam o convencimento citado por Grafton, são uma tentativa clara de comprovação do que está sendo dito na parte superior da página.

O francês Michel de Certeau escreve que a ação do historiador – ou a operação historiográfica, para usar a expressão do autor – está necessariamente ligada ao lugar de onde o narrador escreve, criando uma rede de referências que possibilita e referencia

métodos de investigação, temas, objetos de estudo específicos – e muitas vezes interdita ou condena outras tantas ações e propostas, conforme já foi colocado em páginas anteriores. E esse lugar confere também autoridade, pois, como mostra Certeau, os homens e mulheres que “fazem pesquisa” e têm “autoridade” produzem uma determinada história. (CERTEAU, 2002, p. 74).

Elio Gaspari produz história, a partir de técnicas jornalísticas, mas também segue certo rigor científico. Se pode existir uma crítica, do ponto de vista da teoria da história, de alguns de seus procedimentos de escrita e formatação, não se pode negar que o jornalista reconstruiu um importante período da história brasileira e compôs um painel histórico significativo a respeito da ditadura. E este painel reúne um manancial de fontes também importante, tanto pela qualidade quanto pela quantidade. A forma e as estratégias utilizadas pelo autor para se apropriar dessas fontes são os pontos que interessam à investigação proposta aqui.

As possíveis críticas ao conteúdo ou à abordagem dos quatro livros podem ser importantes, e não foram poucos os historiadores que apontaram falhas ou limitações no trabalho desenvolvido pelo jornalista – entre eles Carlos Fico (FICO, 2004) Mário Maestri e Mário Jakobskind (JACOBSKIND e MAESTRI, 2003). Mas convém salientar que a proposta deste artigo foi abordar especialmente a forma como o jornalista organiza seu texto, concluindo que a série *As ilusões armadas* pode ser considerada um produto feito a partir da junção das práticas de dois campos: a história e o jornalismo.

Ao analisar notas de rodapé na obra do jornalista Elio Gaspari, mais do que uma disputa sobre *quem pode* ou *deve* escrever, percebe-se que há possibilidades teóricas importantes nesses encontros e desencontros entre história e jornalismo.

Ao mesmo tempo em que os jornalistas podem “pecar” por seguirem regras não tão rígidas em relação aos métodos e preceitos científicos, não se pode negar que a escrita agradável e encadeada, a reunião de inúmeras fontes e de depoimentos consegue alcançar um resultado importante. Certamente que o sucesso editorial dessas obras não pode ser o único ou o principal critério para avaliar esse resultado, o que se pretende ressaltar aqui são as potenciais trocas, teóricas e práticas, que podem ser estabelecidas entre historiadores e jornalistas a partir dessas considerações e análises. Incentivar esse debate e essas trocas significa ampliar as possibilidades para repórteres e historiadores. Para os primeiros, a reflexão pode significar um aprofundamento teórico e um maior rigor metodológico; para

os historiadores, a escrita dos jornalistas pode apresentar novas formas, muitas vezes mais atrativas, de produzir história.

Referências bibliográficas

BUENO, E. **A viagem do Descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

ESPERANÇA, C. G. Testemunhas ou fontes: reações e desencontros entre jornalistas e historiadores. Porto Alegre: **Em Questão**, v. 12, n. 2, p. 235-251, jun/dez 2006.

FICO, C. **Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GASPARI, E. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

_____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

GOMES, L. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

GRAFTON, A. **As origens trágicas da erudição**. Campinas: Papyrus Editora, 1998.

JAKOBSKIND, M. MAESTRI, M. A historiografia envergonhada. **Revista Espaço Acadêmico**, ano III, n. 24, maio 2003.

MARTINS, E. **Manual de Redação e Estilo**. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1990.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MOTTA, L. G. Para uma antropologia da notícia. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. XXV. Julho/dezembro de 2002.

O GLOBO. **Manual de redação e estilo**. São Paulo: Editora Globo, 2000.

RAVAZZOLO, A. **A escrita da história por jornalistas: diálogos e distanciamentos com a historiografia acadêmica. O caso Elio Gaspari**. 2012. 175f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, agosto de 2012.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo: por que as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004.